

2009 - Quando vai ser bem explicado o caso dos vistos “ilegais” brasileiros...

História dos vistos «ilegais» carece de (boa) explicação…
por: Eugénio Costa Almeida©

Esta história dos vistos ditos ilegais que cidadãs angolanas teriam obtido, segundo deram entender as autoridades de migração e fronteiras brasileiras, e que levou dois grupos de viajantes serem devolvidas a Luanda, ainda vai dar muito que falar. E disso não tenham nenhuma dúvida. Até porque a comunicação social angolana não está calada e os comentários que se lêem em alguns portais dão mostras do incómodo que a notícia provocou e das ondas que a mesma, se não for mesmo bem explicada, poderá causar.

Estava em Luanda quando isso aconteceu. Televisionei e ouvi a notícia, nomeadamente na TV Zimbo – uma televisão que ainda sem anunciantes privados, que mostra, todavia, já ter muita qualidade – relativa aos dois grupos de cidadãs angolanas que viram a sua entrada no Brasil barrada por pretensa ilegalidade na emissão dos vistos que teriam sido emitidos na embaixada da República Federativa do Brasil, em Luanda.

Só que aconteceram dois casos que deverão ser objecto de análise e ponderação pelas diferentes autoridades.

Num, que considero grave, porque parece, talvez extemporaneamente e com o único intuito de salvaguardar a imagem do povo angolano, ter sido adoptado o bom estilo Bush-texano de “dispara (leia-se, detenha-se) primeiro e pergunte depois” – apesar de ouvir numa rádio luandense quando regressava de Cabinda, não pude confirmar pelo que devo colocar esta informação sob reserva – terá sido levado a efeito pelo DNIC que às chegadas das cidadãs as deteve.

A confirmar-se, não me parece correcto, mesmo tendo em conta uma eventual salvaguarda da imagem do país e dos angolanos. Nunca é bom haver condenação antes da audição e do julgamento. Por certo que isto terá servido de lição para não adoptarmos como bom tudo o que do exterior vem como acusatório.

E não foi correcto porque, como depois se comprovou, até porque uma das cidadãs entrevistadas afirmava convictamente que já não era a primeira vez que entrava no Brasil com aquele visto – tinha um visto de 365 dias –; os visto eram todos legítimos e regulares.

Só não entendi a afirmação de um responsável da embaixada brasileira e que, substancialmente teria dito que um visto é um convite a visitar o país mas não significa uma entrada aberta e franca no citado país.

Como se Brasil fosse ali na esquina e se não entrarmos hoje entramos noutro dia, pelo que podemos sempre voltar para casa de origem que os bilhetes são quase grátis…

E por falar em bilhetes, quem irá ressarcir de todos os custos, económicos e de imagem e de honorabilidade posta em causa, as referidas cidadãs?

Quando, ainda há dias, se iniciou a rota Luanda-São Paulo esta situação é, no mínimo, estranha e absurda.

Sabemos que tem havido pessoas, algumas mulheres, que estão a ser utilizadas como correios de droga e sem o saberem, mas tal como não se pode dizer que um povo ou grupo é corrupto ou ladrão só porque no seu seio há um corrupto ou ladrão, também não se poder etiquetar todas as pessoas com o rótulo de indesejáveis.

Parece-me que já era altura do Palácio de Itamaraty (e, ou, do Planalto) dizer algo mais substancial sobre esta matéria e apresentar desculpas públicas ao povo angolano.

É que, como se costuma a dizer, nas costas dos outros vejo as minhas, e quem me garante que este caso com angolana(os)s não poderá acontecer com guineenses – principalmente estes que têm um péssimo rótulo dado até pela ONU, como se sabe – ou santomenses, ou moçambicanos, ou portugueses, cabo-verdianos ou timorenses.

É que isso de todos pela CPLP, como uma organização da Lusofonia e dos cidadãos lusófonos, deve ser bem explicado e melhor clarificado.

Como dizia antes um bilhete de avião não é o mesmo que de um trem (comboio) ou de um ônibus (machimbombo/autocarro)… ©Publicado no Notícias Lusófonas, na rubrica "Manchete", em 2.Junho.2009, (<http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=22648&catogory=Manchete>) com o título acima